

Sumário

Prefácio.....	XIII
Introdução.....	1
1. As convenções da OIT à luz do conceito contemporâneo de direitos humanos.....	9
1.1. Teoria contemporânea dos direitos humanos.....	10
1.1.1. A reinterpretação da concepção tradicional de direitos humanos à luz da teoria crítica.....	12
1.1.2. Celeuma do dualismo entre universalismo e relativismo teóricos.	22
1.1.3. Dimensão ética e pilares norteadores dos direitos humanos	24
1.2. O problema da generalização dos direitos humanos	28
1.2.1. Precursors, criação e fundamentos da OIT	30
1.2.2. Direito internacional do trabalho como vertente dos direitos humanos	37
1.3. Convenções da OIT à luz do conceito atual de direitos humanos	41
1.3.1. Cláusula de diálogo, vaso comunicante ou cláusula de retroalimentação e a primazia da norma mais favorável em consonância com o princípio pro homine	42
1.3.2. Convenções da OIT sobre direitos humanos: além das convenções de princípios fundamentais e aquém da integralidade dos tratados produzidos	47
2. Possibilidade do controle jurisdicional de convencionalidade das convenções da OIT que versem sobre direitos humanos.....	55
2.1. As Convenções da OIT no Brasil como objeto de controle jurisdicional de convencionalidade	56
2.1.1. Processo de ratificação, de internalização e de denúncia das convenções da OIT	57

2.1.2. Teoria do controle jurisdicional de convencionalidade das leis à luz das convenções da OIT de direitos humanos ratificadas pelo Brasil	68
2.2. Controle de convencionalidade à luz do entendimento atual do STF	74
2.2.1. Julgamento dos processos: Recurso Extraordinário nº 466.343/SP e Habeas Corpus nº 87.585/TO.....	74
2.2.2. A hierarquia supralegal das convenções de direitos humanos da OIT no ordenamento jurídico interno	76
2.2.3. Teoria da dupla compatibilidade vertical material aplicável às normas juslaborais infraconstitucionais.....	83
2.3. Aplicação concreta do controle de convencionalidade na Justiça do Trabalho	86
2.3.1. Sobre a celeuma entre a impossibilidade celetista de concessão de férias proporcionais na despedida por justa causa e as disposições da Convenção 132 da OIT	88
2.3.2. Da superação da interpretação do art. 193, § 2º da CLT como vedação da acumulação de adicionais de periculosidade e insalubridade à luz das Convenções 148 e 155 da OIT pela 7ª Turma do TST à decisão retrógrada da SDI-1 do TST.....	98
3. Mecanismos de compatibilização dos Standards trabalhistas internacionais ao ordenamento jurídico interno..	115
3.1. Procedimentos internos adotados por outros países membros da Organização Internacional do Trabalho	117
3.2. Operatividade do Direito Internacional	128
3.3. Instrumentos processuais aptos à harmonização da jurisprudência trabalhista em consonância com os padrões internacionais ratificados pelo Brasil	136
3.3.1. Uniformização da jurisprudência pela via dos recursos repetitivos.....	141
3.3.2. Incidente de assunção de competência	146
Conclusão	153
Referências	161